

EDITORA HUMANITAS

Presidente

Francis Henrié Aubert
Vice-Presidente
Mário Miguel González

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Antonio Dimas
Beatriz Perone-Moisés
Berta Waldman
Beth Brant
José Jeremias de Oliveira Filho
Sueli Angelo Forlan
Valéria de Marco
Vera Lúcia Amaral Ferlini

Suplentes

Gildo Marçal Brandão
Margarida Maria Taddoni Pater
Maria Luiza Tucci Carneiro
Oswaldo Humberto Leonardi Casbin
Vera da Silva Telles
Véronique Dablet

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora

Sandra Margarida Nitrini
Vice-Diretor
Modesto Florenzano

Proibida a reprodução parcial ou integral desta obra por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem permissão expressa do editor (Lei n.º 9.610, de 19/02/98).

São Paulo, HUMANITAS, 2010

Rua do Iago, 717 – Cidade Universitária
05508-010 – São Paulo – SP – Brasil
Telefax: (11) 3091-2920
e-mail: editorahumanitas@usp.br
<http://www.editorahumanitas.com.br>

HUMANITAS

DAAD

CM

Helmuth Galle
Rainer Schmidt
(Organizadores)

A memória e as ciências humanas

Um conceito transdisciplinar em pesquisas atuais na Alemanha e no Brasil

GIDE, André. *Retour de l'U.R.S.S. suivi de Retouches à mon Retour de l'U.R.S.S.* Paris: Gallimard, 1937.

HOCKE, Gustav René. *Europäische Tagebücher aus vier Jahrhunderten*. Frankfurt/M.: 1991.

KRACAUER, S. "Pariser Beobachtungen". *Frankfurter Zeitung*, 13 Februar, 1927.

LEJEUNE, Philippe. "Le journal comme 'antifiction'", *Poétique*, n. 149, février 2007, p. 3-14.

NOVALIS. *Werke, Tagebücher und Briefe*, org. por MÄHL, H.-J. e SAMUEL, R. Vols. I-III. München: Karl Hanser Verlag, 1978 ss.

SCHLEGEL, Friedrich. *Kritische Friedrich-Schlegel-Ausgabe*. Org. por BEHLER, Ernst. Vol. II, München/Paderborn/Wien: Verlag Ferdinand Schöningh, 1967.

_____. *Literary Notebooks 1797-1801*, ed. EICHNER, Hans. London: University of London/ The Athlone Press, 1957.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o livro do mundo. Walter Benjamin: romantismo e crítica poética*. São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 1999.

_____. (Org.). *História, memória, literatura. O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. *O local da diferença. Ensaio sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005.

SPITZER, Leo. "Témoin". In: *Archivum Romanicum*. v. 22, 1938, p. 372-375.

WEINTRAUB, Karl J. "Autobiography and Historical Consciousness". In: *Critical Inquiry*. v. 1, n. 4 (June 1975), p. 821-848.

Memória individual e memória cultural. O terrorismo alemão dos anos 1970 em textos ficcionais

HELMUT GALLE
Universidade de São Paulo – Letras Modernas – Literatura Alemã

Acontecimentos históricos podem ser tematizados tanto na historiografia como na autobiografia ou no romance. Cada uma dessas modalidades de representação pode contribuir para a formação da memória coletiva. Ainda que os gêneros factuais – historiografia e autobiografia – pareçam ser os privilegiados na representação do passado que uma sociedade mantém para preservar sua coesão, a literatura ficcional pode exercer um papel importante quando não existe unanimidade sobre o significado de certos acontecimentos relevantes. As obras historiográficas tendem a objetivar os fatos com base em documentos, relatórios oficiais, provas e segundo o raciocínio do historiador. O autor da autobiografia busca expor sua verdade subjetiva – que pode ser oposta à verdade compartilhada pela maioria –, sem considerar a possibilidade de conciliar as posições antagônicas. O romance, por outro lado, pode oferecer uma visão ambígua que, embora não deseje ser menos fiel à realidade do passado, permite que tanto os fatos como seu significado per-

maneçam em aberto. Após clivagens sociais, guerras civis e duras, essa contribuição ficcional pode ser um fator importante para a criação de uma nova identidade coletiva, uma identidade baseada numa versão do passado que seja aceitável para os dois lados do enfrentamento.

O presente texto pretende exemplificar essa especificidade da literatura em narrativas sobre criminosos e terroristas, figuras excluídas pela sociedade. A primeira parte será dedicada a um pequeno esboço da teoria da memória cultural; a segunda analisará um conto do clássico e classicista Friedrich Schiller; e a terceira, por fim, ocupará-se com algumas representações do terrorismo alemão da "Rote Armee Fraktion – RAF" ("Fracção Exército Vermelho") dos anos 1970, em particular as narrativas ficcionais.

1. A literatura e a memória coletiva

Nos anos 1920, o historiador francês Maurice Halbwachs¹ (2004) observou que a memória do indivíduo está indissoluvelmente entretida com as representações coletivas do passado que circulam na sociedade por meio da comunicação cotidiana, das instituições e dos cânones culturais. Halbwachs opõe a memória coletiva à história, pois para ele, a história apresenta o passado de forma objetiva, completa e neutra, enquanto a memória é seletiva, partidária e perspectivada em prol do grupo social pelo qual foi desenvolvida e mantida. Por meio da memória compartilhada, os membros de um determinado grupo formam sua identidade coletiva e se distinguem dos demais grupos sociais. Essa polaridade descrita por Halbwachs pode ser vista como um modelo idealiza-

¹ HALBWACHS (1877-1945) foi discípulo de Henri Bergson e Émile Durkheim; senador judeu e ativista contra a repressão alemã, o pensador foi deportado ao campo de concentração Buchenwald, onde morreu em consequência do trabalho forçado.

do, dado que a historiografia não pode ser considerada "objetiva" em todas as suas manifestações: ainda que os historiadores apliquem métodos científicos que submetem os fatos ao exame crítico e à verificação, seus resultados nunca são definitivos e podem possuir tendências parciais. Mesmo assim, é inegável que a historiografia apresenta uma tendência à objetividade e à complexidade que se afasta do polo da memória coletiva que necessariamente se articula em simplificações e narrativas tendencialmente míticas.

No ensaio de Halbwachs, são a língua, as instituições sociais, os monumentos, o calendário, as festas, entre outras manifestações culturais, que servem como portadores materiais da memória coletiva. Nesse quadro, as obras literárias que formam o cânone do grupo social fazem parte do tecido cultural que articula e sustenta a memória coletiva. As ideias e análises de Halbwachs incentivaram, na Alemanha, durante os últimos vinte anos, uma vertente da teoria literária dedicada ao estudo da literatura como fenômeno da comunicação e da memória coletiva no seu contexto sócio-histórico; um impulso importante, nessa vertente teórica, foi concedido pelo casal Jan e Aleida Assmann e por seus discípulos.

Investigando as culturas da antiguidade, o egiptólogo Jan Assmann (1997) desenvolveu sua teoria da memória coletiva, que contempla também as fundamentais mudanças históricas promovidas pelas revoluções tecnológicas, particularmente a invenção da escrita alfabética e da impressão. Segundo Assmann, nas sociedades não letradas, as formas da poesia oral nascem como apoio à memorização dos relatos essenciais da comunidade. As primeiras narrativas épicas dos sumérios, israelitas e gregos foram transmitidas oralmente, com o objetivo de conservar as memórias fundamentais e identitárias de cada "nação". Literatura e memória, nessa fase, são praticamente sinônimos, e a literatura ainda não se diferencia claramente das outras epistemes: a religião, a filosofia e a história. Com a expansão da escrita, surgem as possibilidades de

comparação e as dúvidas quanto à autoridade da tradição. Ao mesmo tempo que a objetivação dos textos na modalidade escrita permite novas formas de relacionamento (a glosa, o comentário, a emenda, a crítica), crescem as bibliotecas e se formam disciplinas que cuidam da literatura e explicitam seu significado (a filologia e a hermenêutica). Concomitantemente às dúvidas quanto às verdades transmitidas nas obras literárias, desenvolvem-se as ciências que passam a ser consideradas o acesso mais confiável à verdade do mundo e do passado. Nessa fase, a crescente produção literária já exige o estabelecimento de um cânone, para definir as obras que devem continuar como base da identidade coletiva. O significado dessas obras, porém, já não é evidente, mas deve ser descoberto mediante determinadas operações que são ofício de especialistas. Esse cânone de “textos culturais” (Assmann 1995) participa da formação da memória coletiva ao lado de outras manifestações culturais. A atitude de recepção perante o texto cultural é respeitosa e reverente; para a cultura europeia, a Bíblia, as epopeias homéricas, *Hamlet*, *Fausto* e os outros grandes clássicos são os exemplos mais evidentes dessa categoria que não depende de uma característica textual, mas de uma prática social, um determinado tipo de recepção. Os textos são ao mesmo tempo meios privilegiados de rememoração e objetos da memória. A compreensão do presente se integra na compreensão do passado, sugerida pelos textos culturais.

Quadro 1: Memória social e cultural²

memória social	memória cultural
suportes biológicos	suportes materiais
(~80 anos até 100 anos)	sem prazo
intergeracional	transgeracional
comunicação	símbolos e signos
“conversational remembering”	monumentos, aniversários, ritos, textos, imagens

Os textos culturais formam, na teoria de Jan e Aleida Assmann, a “memória cultural”, isto é, aquela parte da memória coletiva que se estende à profundidade do passado e se baseia em artefatos materiais duráveis. No domínio do passado mais recente, a memória coletiva se sustenta em grande parte na “memória social” (ou “memória comunicativa”, conforme Welzer 2002), a qual reside, materialmente, no cérebro dos indivíduos que participam da comunicação social.

Nem a memória individual, baseada no cérebro da pessoa, nem a memória social ou a memória cultural podem desenvolver-se e existir de modo independente. O cérebro precisa de meios simbólicos (a linguagem, p. ex.) os quais aprende e mantém por meio da comunicação social, e a memória social não pode prescindir dos cérebros individuais que semantizam e intercambiam as mensagens nos meios simbólicos. E essas mensagens, para que sejam elementos vivos da visão de mundo da sociedade, necessitam tanto da comunicação social como dos indivíduos que as atualizam e as deixam circular.

² Segundo ASSMANN, Aleida. 2006: 54.

Quadro 2: Inter-relação das dimensões da memória³

Dimensão	memória neuronal	memória social	memória cultural
Portador:	cérebro individual	comunicação social	meios simbólicos
Ambiente:	comunicação social	cérebro individual	comunicação social
Apoio:	meios simbólicos	meios simbólicos	memória individual

Enquanto a memória individual morre com seu portador neuronal, a memória social depende da comunicação, que geralmente abarca um espaço temporal de três gerações. Cada geração aporta suas experiências particulares, e essas experiências desaparecem da memória coletiva com a morte daquela geração, a não ser que sejam transferidas a portadores mais duradouros: a memória cultural. Por exemplo, após noventa anos, as lembranças da Primeira Guerra estariam praticamente extintas da memória social (ou comunicativa, segundo Welzer), porque as pessoas que viveram aqueles acontecimentos morreram e seus filhos e netos se voltam somente de forma esporádica às histórias que escutam de seus pais e avós. Que as experiências de um bisavô morto fossem transmitidas ao seus bisnetos já seria um caso raro.

Assim, as memórias de um acontecimento histórico desapareceriam da comunicação social, se a sociedade não tivesse mantido sua memória mediante elementos da memória cultural: monumentos, comemorações, currículos escolares e determinadas obras literárias⁴ que são consideradas representativas como, no caso

³ Segundo ASSMANN, 2006: 33.

⁴ Evidentemente, esse papel da literatura vem sendo cada vez mais substituído por outros meios, particularmente o filme. Mesmo assim, a literatura, um meio menos exigente em termos econômicos, permite a articulação experimental de novas versões que, uma vez tenham se mostrado eficientes, podem ser convertidas em filmes.

da Primeira Guerra por exemplo, os romances *Im Westen nicht Neues*, de E. M. Remarque, e *In Stablgewittern*, de Ernst Jünger.⁵ O exemplo coloca em evidência que a seleção dessas obras representativas está sujeita a mudanças históricas e lutas sociais. Na época de Weimar, o livro de Remarque formulou a versão pacifista da experiência dos soldados, ao passo que o de Jünger expressou a visão conservadora-nacionalista da guerra. A sociedade então estava dividida entre as duas posições; os intelectuais e a esquerda se inclinaram à primeira, e grande parte das outras elites tendeu para a segunda. Em razão das destruições da Segunda Guerra, as forças pacifistas da sociedade alemã cresceram e, em consequência, a versão de Jünger foi paulatinamente suplantada pela versão de Remarque – independentemente das qualidades literárias de cada uma. Em cada sociedade existem uma “cultura” e uma “política de memória” que estruturam os processos de preservação das tradições e de introdução de novas versões, as “contra-memórias”. Esses processos, ao mesmo tempo, sofrem influências das crescentes relações globais e estão sujeitos à crítica internacional,⁶ por outro lado, a memória nacional está segmentada em ambientes, grupos e subculturas que, por sua vez, mantêm suas memórias coletivas parciais.

⁵ Sobre a relação dos romances de guerra com a memória coletiva na época de Weimar, cf. ERUL 2005.

⁶ O exemplo mais evidente são as formas como a Alemanha e o Japão articulam suas memórias da Segunda Guerra. Mas também o Estado turco está exposto à crítica internacional por causa da sua memória distorcida do genocídio armênio. Cf. CORNELIJSSEN et al. 2004; ASSMANN, 2006.

Quadro 3: Memória cultural⁷

memória funcional	memória de armazém
formas de preservação por meio da repetição (práticas simbólicas)	formas de preservação por meio de duração (representações materiais)
tradições	livros, imagens, filmes
ritos	bibliotecas
canonização de artefatos	museus
	arquivos
ordenada	desordenada
institucionalizada	“livre”
relacionada ao poder	potencialmente subversiva

Considerando o fato de que existe um constante fluxo aférente e eférente em relação ao centro do cânone, é necessário distinguir ainda entre uma parte ativa da memória e uma parte que serve somente de depósito e que guarda todos os artefatos que, num dado momento, não ocupam um papel relevante para a memória coletiva. Aleida Assmann (1999) estabelece essa distinção por meio dos conceitos de “memória funcional” (*Funktionsgedächtnis*) e “memória armazém” (*Speicher Gedächtnis*). Os – relativamente poucos – conteúdos da memória funcional estão ordenados e prontos para o uso, inseridos em contextos semânticos e em circulação na memória comunicativa; em contrapartida, os inúmeros conteúdos da memória armazém encontram-se conservados, guardados e talvez até mesmo cuidados, em bibliotecas e arquivos; mas eles não cir-

7 Segundo ASSMANN 2006: 58.

culam na comunicação social e não formam as bases comuns da interpretação do mundo e do passado. A memória funcional obedece aos mecanismos do poder⁸ e da política. A memória armazém não tem dono⁹ e pode, virtualmente, fornecer conteúdos, formas e práticas divergentes que serão lançados ou infiltrados na memória funcional. Entre a memória armazém, o arquivo morto da cultura e o pequeno grupo dos próprios textos culturais, estende-se ainda uma zona ampla na qual circulam aqueles textos literários que são lidos e debatidos sem que adquiram necessariamente um estatuto canônico e de referência obrigatória. Para marcar que tais textos participam da codificação simbólica de experiências coletivas, Astrid Erll (2005: 263) propôs o termo “textos coletivos” (*kollektive Texte*); diferentemente dos textos culturais (canônicos), sua recepção se realiza de forma crítica, pragmática e não obrigatória para todos os participantes da comunicação social.

Textos literários são, portanto, um meio que permite codificar e refletir determinadas representações do passado e também a circulação dessas versões. Para evitar a ideia de que o texto literário representa uma realidade de forma direta, pode-se recorrer ao modelo triplo da mimesis de Paul Ricoeur (1988/1989/1991). “Mimesis 1” é como Ricoeur chama a prefiguração imaginativa que a realidade adquire na mente do sujeito e do autor. Essa realidade prefigurada parte das maneiras como o mundo é explorado e configurado na comunicação social. A “Mimesis 2” refere-se à configuração ficcional e narrativa dos elementos que resulta em textos literários. O texto, no entanto, exige ainda ser refigurado – a “Mimesis 3” –

⁸ “Poder” deve ser entendido não como “poder hegemônico”, mas como o conjunto das estruturas sociais e técnicas que regularizam as chances de articular-se nos canais da comunicação pública.

⁹ O fato de que cada vez mais arquivos estão disponíveis online e uma porção crescente da população mundial pode acessar a essas fontes autoriza, talvez, essa afirmação.

pela imaginação dos leitores, da qual participam, novamente, os esquemas e horizontes coletivos cunhados por esses leitores individuais. Para entender a relação entre texto literário e a realidade passada, deve-se tomar em conta que o texto literário não “representa” o passado, mas que o autor se utiliza de elementos disponíveis na memória coletiva para reestruturá-los, utilizando os meios específicos da literatura. A recepção do texto literário na Mimesis³ tampouco acontece de forma imediata: as propostas simbólicas do texto passam pelo processo cognitivo e são filtradas pelas estruturas mentais do indivíduo, que partilha a memória coletiva da sua forma concreta — a qual não coincide estritamente com a do autor e a dos outros leitores.¹⁰

A construção teórica dos Assmann permite localizar o texto literário dentro de um todo de comunicação social e memória coletiva. Não apenas os textos que são nitidamente representações do passado podem ser vistos a partir da ótica da memória coletiva, mas praticamente todos, uma vez que são suportes simbólicos que permitem a circulação de uma determinada construção verbal no âmbito da comunicação social.

É importante destacar, ainda, que os textos literários não operam de um único modo sobre a memória coletiva. Conforme a intenção do autor, o efeito pode ser uma afirmação dos conteúdos tradicionais que resulta na consagração do texto como texto cultural. Mas o efeito pode ser também uma erosão das convicções e crenças dominantes. A obra literária pode expressar de forma experimental ou contundente tendências já existentes na comunicação e que ainda não encontraram um campo livre para sua articulação. Não existe uma garantia intrínseca de que um texto será lido da forma que o autor intencionou. Não obstante, ele pode

aplicar certas estratégias “retóricas”, fornecidas pelas convenções simbólicas, as quais surgem da lógica histórica dos gêneros e das estruturas narrativas.

Segundo Erll e Nünning (2005), o panorama das modalidades pelas quais os textos podem representar o passado abrange a monumentalização, o modo da experiência (*erfahrungsbaltig*), o modo historicista (*historisierend*), o modo antagonista e o modo reflexivo. Enquanto os três primeiros modos correspondem mais a modelos tradicionais da literatura, o modo antagonista projeta uma narrativa fortemente oposta ao discurso dominante e é particularmente relevante no contexto do pós-colonialismo e da literatura feminista. Já o modo reflexivo (id. 2005: 184ss.) apresenta não só uma versão do passado, mas várias versões que são, até certo ponto, equivalentes. Além dessa multiplicidade de perspectivas (ou “polifonia verdadeira”), o modo reflexivo designa textos que tematizam suas próprias condições representativas (autorreferencialidade). Esse tipo vem sendo muito produtivo na literatura alemã dos últimos anos (cf. Galle 2004, 2005, 2007).

2. O criminoso na literatura clássica

O conto “Der Verbrecher aus verlorener Ehre” (“Criminoso por causa da honra perdida”),¹¹ de Friedrich Schiller (1759-1805), narra a história de um jovem que sofre discriminação social por ser pobre e feio e que vem a perder o pai, que era taberneiro. Por outro lado, ele é corajoso e inteligente e compensa suas desvantagens com ações ilegais como a caça ilícita, principalmente para conquistar o amor de uma moça da sua aldeia. Após ser flagrado várias vezes e acabar sendo denunciado por seu rival amoroso, o jovem tem de

¹⁰ Esse desenvolvimento da teoria da memória coletiva à luz de Ricoeur e sua aplicação à literatura deve-se a Astrid Erll (2005).

¹¹ O conto foi publicado inicialmente em 1786 com o título “Der Verbrecher aus Infamie” (O criminoso por infâmia).